

Polidez linguística e antagonismo social no escândalo político: construindo a face do inimigo nos “Novos Aloprados”

Maria Eduarda Gonçalves Peixoto¹
Letícia Adriana Pires Ferreira dos Santos²

Resumo: Este artigo investiga a construção discursivo-midiática dos “Novos aloprados”, a fim de discutir o escândalo político como luta social. A partir da articulação do modelo teórico e analítico de estratégias de polidez linguística de Bronw e Levinson (1987) com a teoria social do escândalo político de J. B. Thompson (2002) e com a discussão sobre antagonismos sociais de S. Žižek (2011), examinou-se a cobertura do evento realizada por sua principal instância enunciativa, a revista brasileira *Veja*. Ao final da investigação, a pesquisa indica que o escândalo político configura-se discursivamente como um jogo de faces ou performances, no interior do qual um conjunto de estratégias de polidez linguística é mobilizado para manifestar e significar antagonismos na forma de (re)fundação de fronteiras sociais.

Palavras-chave: Escândalo político. Antagonismo social. Polidez linguística.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (POSLA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: mariaeduardagp@gmail.com.

² Doutora, Mestre em Linguística e Graduada em Letras pela Universidade Federal do Ceará. Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e em Ensino do Português pelas Universidades Federal e Estadual do Ceará. E-mail: leticiaadriana13@gmail.com.

Revista Língua & Literatura	Fredererico Westphalen	v. 15	n. 25	p. 327 - 352	Recebido em: 31 maio 2013. Aprovado em: 04 jul. 2013.
-----------------------------	------------------------	-------	-------	--------------	--

INTRODUÇÃO

Este trabalho encontra seu epítome na assunção de que o escândalo político é importante porque “em nosso mundo midiático, ele afeta as fontes concretas do poder” (THOMPSON, 2002, p. 23). A partir disso, pensamos que uma compreensão séria de escândalo político precisa considerá-lo em termos de mediação, antagonismo social e, especialmente, discurso. Tais conceitos tornam o escândalo político relativamente manuseável como objeto de pesquisa científica e viabilizam uma análise discursiva que, conforme apresentaremos ao longo deste artigo, pode oferecer alguma contribuição ao debate e à promoção de novas leituras sobre esse evento.

328

Embora o escândalo traga em si as marcas de um extenso percurso histórico, que remonta ao início do pensamento grego e judaico-cristão, somente no final do século XIX e início do século XX, o escândalo transforma-se em um evento midiático. Nesse período, a imprensa experimenta mudanças nas suas bases econômica e tecnológica, como o crescimento da circulação massiva de jornais e a inovação dos métodos de produção e distribuição de notícias. De acordo com o sociólogo britânico J. B. Thompson (2002), desde então, o desenvolvimento desse evento é prioritariamente condicionado pela experiência moderna da mediação, isto é, pelas características distintivas das organizações de comunicação, tais como o seu ritmo de atuação, seus padrões de publicação e difusão e sua linha editorial.

Portanto, as ações dos escândalos, sua descoberta e seleção, e os atores sociais nelas engajados são significados publicamente pela imprensa, que, desse modo, cria uma inteligibilidade sobre o evento e a vida social e política do país. A experiência do escândalo político é, logo, uma “experiência midiática” (THOMPSON, 2002, p. 91), no sentido de que o evento é constituído à medida que instituições de mídia o noticiam de diferentes maneiras.

Ao ser não apenas informado, mas construído no interior de um sistema intermediário entre Estado e sociedade, dominado por um tipo de comunicação mediada, isto é, na esfera pública (HABERMAS, 2006, p. 15), o escândalo político configura-se como “luta social” (THOMPSON, 2002, p. 296). Com base nis-

*Maria Eduarda
Gonçalves Peixoto*

*Leticia Adriana Pires
Ferreira dos Santos*

so, estamos pensando o escândalo político, aqui, como uma luta cujos participantes, inclusive as próprias organizações midiáticas, aliam-se e se confrontam numa disputa que se dá em vista da (re) fundação de certos sentidos para certas identidades e práticas sociais. Acreditando que o escândalo político é, assim, uma luta pela instauração ou legitimação de sentidos (mas não somente isto), consideramos que há uma relação tensa e mutuamente constitutiva entre as instâncias envolvidas no evento que é reveladora de sua própria condição de possibilidade, os antagonismos sociais, que têm composto tensa e fundamentalmente as sociedades.

De acordo com o filósofo esloveno S. Žižek (2011), a constituição antagônica da sociedade é da ordem impossível do Real. O impossível/real do antagonismo deve ser tomado, portanto, em um sentido žižekiano muito preciso neste trabalho. O Real, ao ser apresentado “na forma do trauma” (LACAN, 1990, p. 57), isto é, numa experiência inassimilável e insuportável, porque foge à estrutura social, configurada simbolicamente, constitui a sociedade mesma. O Real, assim, não é uma instância existente, mas não significável, e sim um empecilho, um antagonismo que, ao ser ele próprio o que torna impossível a sociedade como totalidade, cria, retroativamente, as condições para mudar as próprias coordenadas do que é possível, quando novas simbolizações são reclamadas.

À luz da metáfora lacaniana das estrelas, usada para significar que o Real é o que retorna sempre ao mesmo lugar (LACAN, 1992), Žižek (1996) observa que é no processo de constituição da sociedade como tal, na tentativa de fundação de uma plenitude, que o Real surge como recalçamento primário do antagonismo. Assim, apropriamo-nos da interpretação política que o filósofo investe o real/impossível lacaniano para tentarmos compreender como o terreno sobre o qual a arena do escândalo político assenta-se, isto é, a realidade (social), é clivado, por dentro, por antagonismos sociais, de forma que possamos ver este evento como um modo de manifestá-los.

Com isso, queremos dizer que entendemos as oposições do tipo inimigo x amigo, construídas no desenvolvimento do escândalo político, para além dos combates que elas sugerem, como manifestações de antagonismos sociais primários. Nessa perspec-

*Polidez linguística
e antagonismo social
no escândalo político:
constituindo a face do
inimigo nos “novos
alopradados”*

tiva, a compreensão žižekiana da experiência negativa e impossível do Real como “espaço para o performativo, em oposição ao constativo” (ŽIŽEK, 2011, p. 37), para lembrar J. Austin (1990), ajuda-nos a ler o escândalo político como um evento midiático que, ao manifestar antagonismos sociais no interior de um jogo de (re)construção de sentidos, não constata uma realidade dada, mas a performatiza. Precisamente aqui, encontramos o terceiro elemento a partir do qual sugerimos pensar o escândalo político, o discurso.

O escândalo político é um evento cuja construção na esfera pública como luta social dá-se em termos de uma política midiática que o significa discursivamente a partir de relações de oposição e exclusão, em que o outro é concebido como uma ameaça que deve ser aniquilada. Portanto, os antagonismos sociais não são manifestados neste evento senão através dessa política midiática de oposição, que também é uma política de verdade (SILVA, 2010, p. 99), à medida que o jornalismo, em geral, pautando-se numa crença da linguagem como instrumento designativo, assume sua atividade como de descrição e denúncia de acontecimentos. Tal como Ferreira (2007) adverte-nos para a construção midiática do chamado “11 de setembro”, também aqui acreditamos que esta política de oposição e de verdade da mídia é inescapavelmente discursiva, uma vez que “o gesto de (re)fundação de fronteiras confunde-se com o movimento mesmo da linguagem”.

Logo, uma discussão sobre o escândalo político como luta social compromete-se, inevitavelmente, com uma reflexão sobre os mecanismos discursivos que o constituem como tal. Nessa direção, a polidez linguística surge, então, como um recurso linguístico bastante caro à investigação da construção discursivo-midiática do escândalo político, uma vez que, relacionando-se ao “antagonismo mais primitivo entre o *ego* e o *alter*” (KERBRAT-ORECCIONI, 2006, p. 100), faz-se útil à compreensão do jogo de faces ou *dramatis personae* em que consiste o evento.

O caso particular a partir do qual pretendemos dar cabo à nossa investigação acerca de como a construção discursivo-midiática do escândalo político manifesta e significa antagonismos sociais são os “Novos Aloprados”, desenvolvido durante as eleições presidenciais de 2010, que será examinado a partir da cobertura

realizada pela principal instância enunciativa do evento, a revista semanal *Veja*, da editora Abril. No que se segue, queremos apenas apresentar brevemente o nosso percurso de estudo.

Começamos com a articulação de um alicerce teórico, com base na Teoria social do escândalo político, de J. B. Thompson (2002), na discussão de S. Žižek (2011) sobre antagonismos sociais e no modelo de estratégias de polidez linguística proposto por P. Brown e S. Levinson (1987) e A seguir, selecionamos os discursos midiáticos que devem constituir o *corpus* da pesquisa e organizamos sua análise metodologicamente. Depois, empreendemos uma discussão acerca dos resultados obtidos, em termos de como certos recursos linguísticos de polidez são empregados na construção midiática do escândalo em foco como evento que, ao manifestar antagonismos sociais, age sobre eles, criando, reproduzindo ou transformando fronteiras sociais. Ao final, encerramos o debate com algumas reflexões que, aqui, podem ser resumidas na seguinte frase: “é precisamente porque o signo é uma eterna arena de lutas, como pensava Bakhtin, que precisamos assumir a linguagem enquanto ato ético-político” (FERREIRA, 2007, p. 37).

*Polidez linguística
e antagonismo social
no escândalo político:
constituindo a face do
inimigo nos “novos
atopados”*

331

1 MÍDIA, ANTAGONISMO SOCIAL E DISCURSO: UM APORTE TEÓRICO PARA PENSAR O ESCÂNDALO POLÍTICO

1.1 O escândalo político como acontecimento midiático

Apresentamos, a seguir, as cinco principais características constitutivas do escândalo político como acontecimento midiático. Em primeiro lugar, a ocorrência de um escândalo envolve a transgressão de certos valores, normas ou códigos, situada entre uma pequena infração e um crime abominável, um “espaço intermediário na indecência” (CEASER; HODDGER-WILLIAMS, 1986, p. 175). Esse caráter transgressor, por sua vez, depende de dois elementos: a) a “sensibilidade ao escândalo” (THOMPSON, 2002, p. 41), entendida como um complexo que abrange o contexto social e histórico, as condições morais e culturais de uma sociedade e a importância dos valores ou leis infringidos para

os indivíduos; e b) o grau de visibilidade dos participantes do evento: de maneira geral, quanto mais conhecidas são as pessoas envolvidas, maior o interesse dos cidadãos em acompanhar a sequência dos episódios.

A segunda característica do escândalo é a sua configuração à maneira de um “drama de ocultação e revelação” (THOMPSON, 2002, p. 45), dentro do qual se dá um jogo constante de acusações e omissões. Por um lado, os sujeitos engajados nestas atividades transgressoras procuram impedir que certas ações tornem-se públicas e comprometam, assim, sua reputação. Por outro lado, as organizações de mídia e os indivíduos interessados na desmoralização, no desvendamento do caso e/ou no lucro que todo o espetáculo pode gerar, procuram novas provas e outros delitos para revelar e, assim, infamar cada vez mais os discursos moralizantes.

Contudo, o conhecimento público de uma ação ilícita não basta para torná-la escândalo, e, aqui, encontramos a terceira característica: é necessário que haja uma desaprovação por parte dos não-participantes³. É preciso, pois, que as pessoas vejam estes acontecimentos como “moralmente vergonhosos” (THOMPSON, 2002, p. 46), o que está se tornando cada vez mais difícil nas sociedades ocidentais, uma vez que, dados o enfraquecimento das forças morais tradicionais e a banalização dos escândalos, é bem comum olhar para casos desse gênero de forma lúdica ou pessimista.

Mais que isso, essa resposta da sociedade precisa ser expressa de alguma forma, por meio mesmo de conversas, movimentos sociais, debates, constituindo a quarta característica do escândalo. Este é um bom exemplo do caráter performativo da linguagem ordinária, para fazer alusão a J. Austin (1990), pois a construção do escândalo dá-se, também, pelos boatos, pelas conversas entre amigos e pelas fofocas. Nessas interações cotidianas, as pessoas fazem mais que breves comentários: elas também estão construindo o evento de que falam.

Thompson (2002) afirma ainda que as ações ilícitas de um escândalo, quando reveladas ao público, têm o enorme poten-

³ Thompson (2002, p. 40) concebe como não-participantes os indivíduos que não estão envolvidos direta ou indiretamente nos acontecimentos constituintes de um escândalo político. São as pessoas, em sua vida comum, que acompanham os casos pelos noticiários e os discutem.

cial de provocar a desmoralização daquele(s) que a cometeram ou daqueles que estão associados a elas indiretamente, e, assim, acentua a quinta característica do fenômeno: “o prejuízo ou perda de reputação é um risco que está sempre presente quando um escândalo surge e se desdobra” (THOMPSON, 2002, p. 49).

1.1.1 O jogo dramático das faces: o escândalo político como luta social

Compreendendo que os escândalos políticos são

Lutas sociais que são travadas no espaço público e que são constituídas por ações e atos de fala de indivíduos e organizações que expõem, afirmam e condenam, bem como pelas ações e atos de fala daqueles que estão no centro das acusações e se vêem presos no drama que se desenrola (THOMPSON, 2002, p. 196).

As ações que compõem o escândalo, como quaisquer outras ações sociais, ocorrem dentro de um referencial específico, caracterizado por certos pressupostos e convenções, e envolvem a projeção de imagens por parte dos indivíduos que as realizam. O referencial de ação compreende o que E. Goffman (1969, p. 100) chama de *região frontal*, aquela em vista da qual as imagens são criadas, a depender das impressões que se desejam transmitir. Em contrapartida, há outra região, em que as pessoas agem de tal modo que contradizem o que, publicamente, esforçam-se para convencer. É a *região de fundo*. Assim, a região frontal é o espaço comum de interação contra o qual existem as regiões de fundo.

Com base nesta proposta de interação face a face, Thompson (2002, p. 95) elabora um novo modelo para o tipo de interação particular mediada pelos meios de comunicação, a quase-interação midiática. O que o autor acrescenta à organização face a face de E. Goffman (1969) são os contextos de produção e de recepção de notícias, dentro dos quais há, para cada um, regiões frontais e regiões de fundo. Este é o modo principal de revelação de escândalos políticos. Nesse sentido, Thompson (2002) concebe estes eventos em termos de um *dramatis personae*, ou seja, como um jogo de performances, que explora as faces dos participantes direta ou indiretamente envolvidos. Acreditamos que,

*Polidez linguística
e antagonismo social
no escândalo político:
constituindo a face do
inimigo nos “novos
atopados”*

nesta direção, ao significar o escândalo político a partir de relações de oposição e exclusão, a mídia também opera quanto à manifestação de antagonismos sociais sob as formas destes conflitos.

1.2 O impossível/real dos antagonismos sociais e a possibilidade da mudança social

A noção de antagonismo social tem sido amplamente pensada nas literaturas histórica e sociológica, desde o início do marxismo às teorias dos conflitos atuais, num esforço para explicar suas razões de existência e os caracteres de sua natureza. Conforme indicamos anteriormente, dentre as discussões sobre o tema, como a reflexão iniciada por E. Laclau e C. Mouffe (1985), estamos nos apropriando especificamente da reflexão alçada pelo filósofo S. Žižek.

O filósofo francês J. Derrida (1993) empregou o termo “espectro” para indicar a fugidia pseudo-materialidade que subverte oposições ontológicas clássicas, como entre realidade e ilusão, as quais Karl Marx, anteriormente, havia tratado por “fetiche”, uma expressão que, por muito tempo, fora empregada religiosamente para designar uma idolatria falsa em oposição a uma crença verdadeira. Para Žižek (1996, p. 26), estes autores estão se referindo, no fim das contas, à matriz formal em que são enxertadas as formações ideológicas, ao “fato de que não existe realidade sem o espectro, de que o círculo da realidade só pode ser fechado mediante um estranho suplemento espectral”.

Dito de modo mais simples, a realidade precisa ser compreendida em termos de espectro e de fetiche, porque, de acordo com a tese lacaniana, ela não é a coisa mesma, mas sempre já simbolizada, ou seja, estruturada na/pela linguagem:

Quer se trate de sintomas reais ou atos falhos, ou o que quer que seja que se inscreva no que encontramos e reencontramos incessantemente, e que Freud manifestou como sendo sua realidade essencial, trata-se ainda e sempre de símbolos, e de símbolos organizados na linguagem, portanto, funcionando a partir da articulação do significante e do significado, que é o equivalente da estrutura da linguagem (LACAN, 2005, p. 22).⁴

⁴ As noções de Real, de Simbólico e de Imaginário sofrem uma série de transformações ao longo da

Esta simbolização, no entanto, fracassa ao tentar abarcar todo o Real e, este, por conseguinte, como parte da realidade que não conseguiu ser semantizada, surge sob a forma de aparições espectrais. Nessa perspectiva, a realidade é uma estrutura simbolicamente criada, enquanto o espectro é o que dá materialidade ao que escapa a ela. Assim, “o que o espectro oculta não é a realidade, mas seu recalçamento primário, o X irrepresentável em cujo ‘recalçamento’ fundamenta-se a própria realidade” (ŽIŽEK, 1996, p. 26). Este espectro é a ideologia, e o recalçamento que ela tenta ocultar são os antagonismos.

Para explicar como o espectro da ideologia relaciona-se à experiência do Real como recalçamento de antagonismos, o filósofo recorre à luta de classes. Segundo a tradição marxista, a luta de classes é o princípio totalizador da sociedade, mas isso não significa que ela seja a garantia que permite apreender a realidade como totalidade racional, conforme critica Laclau (2011). Para Žižek (1996, p. 27), esta luta nomeia o próprio antagonismo que impede a realidade (social) de se constituir plenamente, como um todo fechado em si mesmo, conforme colocam Laclau e Mouffe (1987). Assim, o que mantém a realidade coesa, para Žižek (1996), é o próprio antagonismo que a impossibilita, a cisão mesma que a impede de objetivar-se:

Embora a “luta de classes” não esteja diretamente dada em parte alguma como uma entidade positiva, mesmo assim ela funciona, *em sua própria ausência*, como o ponto de referência que nos permite situar qualquer fenômeno social - não ao relacioná-lo com a luta de classes como seu sentido último (o “significado transcendental”), mas ao concebê-la como (mais) outra tentativa de ocultar e “remendar” a brecha do antagonismo entre as classes, de apagar seus vestígios (ŽIŽEK, 1996, p. 27).

A partir desse exemplo da luta de classe, entendemos que o Real é uma dificuldade ou empecilho que proporciona novas simbolizações, a partir das quais os esforços dão-se dos

*Polidez linguística
e antagonismo social
no escândalo político:
constituindo a face do
inimigo nos “novos
atopados”*

obra intelectual do filósofo francês J. Lacan e do amadurecimento da leitura que faz de S. Freud, desde os primeiros escritos publicados por volta de 1936, com o projeto iniciado com a tese de doutorado “Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade”, aos últimos textos do final da década de 1950. Assim, a interpretação política de Lacan por Žižek abrange, claro, a articulação desta tríade RSI (Real, Simbólico e Imaginário).

deslocamentos⁵ em direção à articulação orgânica de membros do corpo social, e que o real dos antagonismos deve ser visto como polaridade complementar dos opostos, conforme pretendemos pensar o escândalo político aqui. Isso quer dizer que o antagonismo não diz respeito à coexistência de duas entidades positivas opostas, pois, se assim o fosse, esta afirmação partiria do pressuposto de que existe um terceiro ambiente entre os polos, um lugar neutro (como a ciência, o discurso) pelo qual as entidades lutam por apropriação. Ao contrário, há um único lugar, clivado por dentro pelo antagonismo, constituindo o próprio terreno em que lutas são travadas pela hegemonia de certos sentidos.

Žižek (1996) faz uma analogia da teoria da relatividade de A. Einstein com a abordagem estrutural de C. Lévi-Strauss - que, em suas experiências, mostraram como indivíduos têm percepções distintas acerca, respectivamente, do intervalo de espaço - tempo entre dois acontecimentos e da planta da aldeia onde vivem - para explicar que o antagonismo é real e constituinte da realidade. Esta lógica do antagonismo é esclarecida a partir do conceito de real lacaniano como uma constante, algo que “permanece o mesmo em todos os universos possíveis (de observação)” (ŽIŽEK, 1996, p. 30). Tanto os observadores dos acontecimentos quanto os habitantes da aldeia têm percepções relativas, que, por sua vez, fazem referência a uma constante, a que o filósofo chama de “núcleo traumático” (ŽIŽEK, 1996, p. 31): um antagonismo fundamental que os indivíduos não conseguiram simbolizar em acordo. Então, o que desponta nas distorções das tentativas de representação exata da realidade é que é o real, ou seja, o trauma, o antagonismo ao redor do qual se configura uma estrutura.

Esta experiência dos antagonismos é da ordem impossível do Real, no sentido de que não se trata de uma instância existente, mas não significável, mas do impossível da ordem social existente, ou seja, seu antagonismo constitutivo. Žižek (2011, p. 45) assevera que devemos transformar esse real “radicalmente num ato (maluco), que muda as coordenadas “transcendentais” básicas de um campo social”, isto é, de suas condições de possibilidade:

⁵ Para Laclau e Mouffe (1987), o deslocamento é a localização de uma ausência, é o momento de crise de uma estrutura. É o nome que os autores dão à experiência do Real lacaniano, significando-a como “um exterior que tanto nega a identidade quanto provê sua condição de existência” (LACLAU, 1990, p. 39).

(...) o Real lacaniano não é uma limitação a priori que deveria ser levada em conta de modo realista, mas o domínio do ato, de intervenções que podem mudar suas coordenadas: o ato é mais que uma intervenção no domínio do possível; o ato muda as próprias coordenadas do que é possível e, portanto, cria retroativamente suas próprias condições de possibilidade (ŽIŽEK, 2011, p. 13).

Žižek (1998, p. 92) adverte que o problema da democracia liberal é que, a princípio, por razões estruturais, ela não pode ser universalizada. A tese hegeliana de que o momento da vitória de uma força política é o próprio momento de sua divisão é bastante pertinente aos dias atuais: a triunfante nova ordem mundial liberal-democrática é cada vez mais marcada por fronteiras que separam seu interior de seu exterior, pelas fronteiras entre aqueles que conseguem permanecer dentro e os excluídos. A oposição liberal tradicional entre sociedades pluralistas “abertas” e sociedades corporativas-nacionalistas “fechadas” fundamenta-se, assim, na exclusão do outro, que, como tal, é trazido como ponto de auto-referência, isto é, identificado no interior de “uma estrutura significativa constituída por dois polos que se definem a partir de uma relação de oposição em que um elemento se funda a partir da existência do *outro*” (FERREIRA, 2007, p. 69, grifo do autor).

Polidez linguística e antagonismo social no escândalo político: construindo a face do inimigo nos “novos adotados”

337

1. 3 Polidez linguística: o feitiço político dos grandes personagens⁶

Segundo Kerbrat-Orecchioni (2006), a partir do final da década de 1970, a polidez passou a ser objeto de investigação científica, devido ao esforço de pesquisadores como G. Leech e, em especial, P. Bronw e S. Levinson. Estes últimos desenvolveram um modelo sofisticado de investigação, cuja concepção de polidez apoiou-se na noção de “face”, conforme formulada por E. Goffman, e de “atos de fala”, segundo J. Austin (1990) e J. Searle (1969).

Nesse modelo, todo indivíduo possui duas faces, que de-

⁶ Expressão inspirada na frase “A polidez é o maior feitiço político dos grandes personagens” (Baltasar Gracián, *Oráculo manual*, XL, 1647). Fonte: RÔNAI, Paulo. *Dicionário Universal Nova Fronteira de Citações*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

vem ser consideradas em termos de desejo (*face as wants*). De um lado, a face negativa relaciona-se ao “desejo de cada ‘membro adulto competente’ de que suas ações sejam livres para os outros” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 64). Em outras palavras, diz respeito à preservação pessoal, àquilo que se quer deixar no plano privado. De outro lado, a face positiva, que se relaciona ao “desejo de cada membro de que suas vontades fossem desejáveis também para alguém” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 64). Esta face envolve o que se quer tornar público. Sendo assim, em qualquer comunicação, que pressupõe no mínimo dois sujeitos, há pelo menos quatro faces em jogo, de tal modo que os atos realizados na interação entre os participantes implicam, potencialmente, ameaças às suas faces negativas e positivas. Daí, a expressão “*face threatening act*” (convencionalmente FTA).

Como afirma Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 82), as faces são alvos de ameaças permanentes, uma vez que todos os atos de fala são potencialmente ameaçadores, mas também são objetos de valorização. Para Brown e Levinson (1987), essa contradição pode ser resolvida através do que ele chama de estratégias de polidez, que funcionam como modos de atenuação dos FTAs. Nessa perspectiva, os autores, inicialmente, dividem os atos de fala em dois grupos distintos. De um lado, “a primeira distinção entre os atos que ameaçam as faces positivas e negativas” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 65). De outro, “a segunda distinção entre os atos que ameaçam as faces do locutor e do interlocutor” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 67). Assim, os FTAs são divididos em quatro categorias:

- I. *Atos que ameaçam a face negativa do locutor*: atos suscetíveis de lesar o seu próprio território ou que lhe restringem a liberdade de ação. Exemplo: o verbo promover, que faz o enunciador contrair um compromisso.
- II. *Atos que ameaçam a face positiva do locutor*: atos que representam auto-humilhação, inferioridade ou limitações. Exemplo: um pedido de desculpas.
- III. *Atos que ameaçam a face negativa do interlocutor*: atos que lhe restringem a liberdade de ação ou que violam seu território. Exemplo: ordens.

IV. *Atos que ameaçam a face positiva do interlocutor*: atos que afetam a autoimagem projetada pelo interlocutor. Exemplo: crítica.

Desse modo, Brown e Levinson (1987, p. 71) elencam cinco estratégias conversacionais ou discursivas, que são operacionalizadas a depender três variáveis sociológicas, a saber, “a distância social entre os participantes, as relações de poder que os envolvem e o *ranking* de gravidade dos FTAs num dada cultura” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 74):

- I. *On record/sem reparação*: quando as intenções e os interesses do locutor ficam bem claros, sem desejo de evitar ou amenizar danos. Exemplo: Devolva o livro.
- II. *On record/com reparação e com polidez positiva*: quando os atos de fala são articulados com alguns recursos de polidez para minimizar os riscos de ameaça à face do outro, mostrando aproximação, simpatia e coincidência de desejos. Exemplo: Querido, você pode me devolver o livro?
- III. *On record/ com reparação e com polidez negativa*: quando os atos de fala são formulados de modo que mantenham a distância social entre os participantes e evitar a ameaça de invadir o terreno alheio. Exemplo: Será que não seria possível você me devolver o livro amanhã, por gentileza?
- IV. *Off record*: o locutor não explicita sua intenção, apenas a suscita, não se comprometendo diretamente com a interpretação do interlocutor. Exemplo: Você anda tão ocupado, que talvez nem precise mais ficar o livro amanhã.
- V. *Não se faz AAF*: quando não se realizam atos.

Além das estratégias *on record*, caracterizadas pela clareza, e *off record*, marcadas pela indiretividade, há, ainda a chamada *bald on record*, que ocorre quando o locutor está mais preocupado com o que deseja transmitir do que com a forma por meio da qual fará a enunciação. Nesse caso, considera-se mais a eficiência, e o

Polidez linguística
e antagonismo social
no escândalo político:
construindo a face do
inimigo nos “novos
atrapalhos”

“locutor pode reivindicar que outras coisas são mais importantes que a face ou que o ato não se consiste totalmente num FTA” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 72). Cada uma dessas estratégias, segundo os autores, inclui subestratégias, conforme mostra o quadro a seguir:

Estratégias de polidez propostas por Brown e Levinson (1987)	
Polidez positiva	1. Perceba o outro. Mostre-se interessado pelos desejos e necessidades do outro.
	2. Exagere o interesse, a aprovação e a simpatia pelo outro.
	3. Intensifique o interesse pelo outro.
	4. Use marcas de identidade de grupo.
	5. Procure acordo.
	6. Evite desacordo.
	7. Pressuponha declare pontos em comum.
	8. Faça brincadeiras.
	9. Explícite e pressuponha os conhecimentos sobre os desejos do outro.
	10. Ofereça, prometa.
	11. Seja otimista.
	12. Inclua o ouvinte na atividade.
	13. Dê ou peça razões, explicações.
	14. Simule ou explicita reciprocidade.
	15. Dê presentes.
Polidez negativa	1. Seja convencionalmente indireto.
	2. Questione, seja evasivo.
	3. Seja pessimista.
	4. Minimizar a imposição.
	5. Mostre respeito.
	6. Peça desculpas.
	7. Impessoalize o falante e o ouvinte. Evite os pronomes “eu” e “você”.
	8. Declare o FTA como uma regra geral.
	9. Nominalize
	10. Vá diretamente como se estivesse assumindo o débito, ou como se não estivesse endividando o ouvinte.

Maria Eduarda
Gonçalves Peixoto

Leticia Adriana Pires
Ferreira dos Santos

340

Off Record (Encoberta)	1. Dê pistas.
	2. Dê chaves de associação.
	3. Pressuponha.
	4. Diminua a importância.
	5. Exagere, aumente a importância.
	6. Use tautologias.
	7. Use contradições.
	8. Seja irônico.
	9. Use metáforas.
	10. Faça perguntas retóricas.
	11. Sela ambíguo.
	12. Seja vago.
	13. Hipergeneralize.
	14. Desloque o ouvinte.
	15. Seja incompleto, use elipse.

Polidez linguística
e antagonismo social
no escândalo político:
constituindo a face do
inimigo nos “novos
alopradados”

341

Quadro das estratégias de polidez propostas por Brown e Levinson (1987)

2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E DE CATEGORIZAÇÃO DE DADOS

Esta pesquisa procura investigar como a configuração discursiva do escândalo político “Novos AlopRADOS” articula, através de certos mecanismos linguísticos de polidez, antagonismos sociais. Assim, consideramos para análise a esfera enunciativa que, aqui, estamos chamando de *discurso da mídia*, cuja instância representativa selecionada é a revista semanal *Veja*.

A escolha da revista justifica-se pela razão de que ela foi a primeira organização de mídia a denunciar o escândalo, ainda em junho de 2010. Além de pioneira na investigação e na cobertura do evento, ela dedicou dez edições prioritariamente ao escândalo. A revista também detém, segundo a Associação Nacional de Editores de Revista (ANER)⁷, cerca de 8 milhões de leitores, com média de circulação de 1.098.642, a maior do país entre as revistas brasileiras. *Veja*, portanto, é a principal esfera enunciativa do evento, embasando, inclusive, diversas matérias de outros veícu-

⁷ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDITORES DE REVISTA (ANER). Disponível em: <<http://www.aner.org.br/Conteudo/!/ivc-maiores-semanais-141332-1.asp>>. Acesso em: 17 out. 2010.

los de mídia.

O recorte temporal dessa esfera para confecção do *corpus* desta pesquisa foi feito da seguinte forma:

- I. edição 2180: consideramos a reportagem “Ele era o alvo”, publicada em 01 de setembro de 2010, sob as assinaturas dos jornalistas Fernando Mello e Rodrigo Gurgel.
- II. edição 2181: consideramos a reportagem “O Partido do Polvo”, publicada em 08 de setembro de 2010 e assinada por Fernando Mello.
- III. edição 2183: consideramos a reportagem “Ideias são mais letais que armas”, publicada em 22 de setembro de 2010 (sem assinatura).

Maria Eduarda
Gonçalves Peixoto

Leticia Adriana Pires
Ferreira dos Santos

342

Depois de coligido o *corpus*, dedicamo-nos à seleção das amostras para análise discursiva propriamente dita. O levantamento das amostras iniciou-se com as leituras, cada vez mais cuidadosas, das reportagens referentes ao escândalo, à procura de enxergar os seus “pontos críticos” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 280), ou seja, aqueles momentos em que se evidenciam elementos problemáticos, em termos de recursos de polidez linguística, quanto aos antagonismos sociais que *Veja* manifesta.

A seguir, analisamos as amostras com base no modelo de estratégias de polidez de Bronw e Lenvinson (1987), identificando os mecanismos linguísticos em cada uma das matérias isoladamente. O próximo passo foi, então, o registro dos tipos de antagonismos sociais que elas articulam em comum. Ao final, descrevemos e discutimos como o discurso jornalístico da grande mídia significa os antagonismos que, segundo ela, contornam o escândalo informado, ao se utilizar de estratégias de polidez específicas para cada um dos sujeitos e das instituições tratadas em relação de oposição ou adversidade. Considerando o limite de extensão do artigo científico, apresentamos, aqui, apenas a investigação realizada quanto ao antagonismo entre excluídos e incluídos.

3 A POLIDEZ LINGUÍSTICA E A POLÍTICA DE OPO-

SIÇÃO NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVO-MIDIÁTICA DO ESCÂNDALO “NOVOS ALOPRADOS”: IMPRENSA LIVRE X ESTADO AUTORITÁRIO

Nas reportagens analisadas, podemos identificar as manifestações do antagonismo entre excluídos e incluídos, que são marcadas pela reiteração ao longo da cobertura do evento por *Veja*, na forma do conflito entre a imprensa, autoprojeteada como livre, e o Estado, o vilão que a censura. Abaixo, especificamos tais manifestações e demonstramos as estratégias de polidez linguística empreendidas pela política midiática de oposições e exclusão no trato das faces dos sujeitos e instituições envolvidos no escândalo.

Ao denunciar o crime na Receita, *Veja* já começa a tecer a face do Estado como o inimigo da sociedade. Segundo a revista, o episódio deixa clara a decadência moral das instituições públicas, cujo aparelhamento é usado inconstitucionalmente por partidos políticos contra os próprios cidadãos. Observemos o trecho que segue:

O sigilo fiscal é garantido pela Constituição, e, como tal, sua quebra ilegal constitui um crime gravíssimo. A revelação de que, além dos tucanos, dezenas de pessoas tiveram sua declaração acessada, sem ordem judicial, indica que o delito pode estar sendo praticado com maior frequência do que se supunha, não apenas para montar dossiês, mas também para achacar cidadãos comuns (VEJA, edição 2180, p. 61).

O primeiro ato de *Veja* é exagerar a gravidade do episódio, por meio da estratégia *off record* de exagero “constitui crime gravíssimo”, implicando, assim, dois efeitos. Primeiro, um não comprometimento da revista com todas as acusações e críticas que serão feitas mais adiante, uma vez que elas próprias já se justificam pela barbaridade da ação a que fazem referência. Segundo, a reivindicação de uma posição neutra quanto ao que se informa, pois se trata da constatação de um fato, e não de uma caracterização do episódio pela revista.

Este primeiro gesto serve de base para fundamentar o raciocínio, criado pela estratégia de polidez positiva de explicação “indica que”, de que o próprio Estado, e não apenas o crime

Polidez linguística e antagonismo social no escândalo político: construindo a face do inimigo nos “novos aloprados”

isoladamente, ameaça o cidadão brasileiro. Aqui, *Veja* antagoniza a relação entre o Estado e o cidadão comum, com o qual se solidariza ao considerá-lo como vítima de uma injustiça cometida por aquele, como indica a estratégia *on record* de polidez positiva de interesse pelo outro “mas também para achacar cidadãos comuns”. Criticando o acentuado aparelhamento do Estado atual, em que, somente na Fundação Nacional de Saúde, são 1.500 cargos ocupados por petistas, *Veja* avalia:

O que será que todos eles querem lá? Quando esse quadro de aparelhamento começa a ser dominante no serviço público, como acontece no Brasil do PT, o estado passa a servir apenas ao Polvo, e não ao povo (VEJA, edição 2183, p. 86).

Maria Eduarda
Gonçalves Peixoto

Leticia Adriana Pires
Ferreira dos Santos

344

Com a estratégia *off record* de pergunta retórica “O que será que todos eles querem lá?”, a revista procura fazer o leitor deduzir que tal ocupação exagerada é mesmo indício de que o sistema estatal brasileiro está sendo explorado para fins partidários, beneficiando certos indivíduos em troca de favores e serviços. *Veja* repudia totalmente o aparelhamento de que fala não pela prática ilícita em si, o que ela critica é, mais evidentemente, quando este fenômeno se acentua, ou seja, na administração petista do Brasil, conforme evidencia a estratégia *on record* de explicação “como acontece no Brasil do PT”. Novamente, a revista tenta generalizar as consequências maléficas dos episódios a todos os brasileiros, sensibilizando-os e se aproximando deles pela indignação, como nos mostra a estratégia *on record* de polidez positiva de interesse pelo outro “passa a servir apenas ao Polvo, e não ao povo”.

A relação antagonônica é reforçada quando a revista inclui em seu discurso algumas declarações de sujeitos indignados com o episódio. No depoimento “Se tudo isso foi feito para ajudar a candidatura de Dilma, ela tem de dar explicações ao Brasil” (VEJA, ed. 2181, p. 62), feito pelo ex-governador José Serra e apresentado pela revista em discurso direto, através da estratégia *on record* de polidez positiva de incluir o outro na atividade, o recurso de mostrar-se interessado pelo outro reveste o enunciado moralmente. O político enfatiza que as implicações deletérias do crime não dizem respeito somente a ele, mas à nação brasileira, o que o exime das informações vazadas em dossiês e o aproxima dos

cidadãos. Este mesmo efeito de sentido é tentado na repetição da pergunta “Que Estado é esse?” (idem, p. 63 e 64), em que *Veja*, por meio da estratégia *off record* de perguntas retóricas, insiste em fazer o leitor tomar como deduções próprias os sentidos que ela erige.

Após ter criado a oposição, *Veja* passa a investir cada vez mais acentuadamente na hierarquia entre os polos. Atentemos:

Trata-se de algo que deveria ser condenado com veemência pelas autoridades máximas da República, mas que vem sendo considerado mera futrica por elas, em mais uma demonstração de que o respeito às leis, à moral e aos bons costumes nunca esteve num nível tão baixo neste país (VEJA, edição 2180, p. 68).

Polidez linguística
e antagonismo social
no escândalo político:
constituindo a face do
inimigo nos “novos
atopados”

Aqui, a revista subverte a estratégia *on record* de polidez positiva de procurar um acordo com o outro, para enfatizar exatamente as diferenças entre o Estado, sob a administração de políticos pertencentes às hostes do PT, e a sociedade civilizada, como mostra a estratégia *on record*/sem reparação “mas que vem sendo considerado mera futrica por elas [autoridades políticas]”. Neste momento, *Veja* viola a face do Estado e de suas instituições ao evidenciar que elas entendem o crime como “mera futrica”. Este recurso legitima a desmoralização que a revista reitera logo adiante: por meio da estratégia *off record* de uso de exagero “o respeito às leis, à moral e aos bons costumes nunca esteve num nível tão baixo neste país”, *Veja*, neutralizando-se, demoniza o Estado atual como um inimigo da sociedade.

Em referência à criação da TVT e ao investimento em mais de 3.000 pequenas emissoras de rádio, distribuídas em municípios no interior do país, *Veja* procura mostrar que a terceira frente do projeto de implementação de um governo comunista proposto pelo italiano A. Gramsci está sendo, aos poucos, promovida pelo Governo Lula. Leiamos:

O terceiro mandamento gramsciano determina que, na busca da “hegemonia cultural”, o comunista deve criar ou apoiar jornais, revistas e redes de televisão controlados pelo partido, para que eles concorram com a imprensa livre na busca da atenção de leitores e telespectadores. Dessa maneira, ensina Gramsci, o militante comunista pode fazer seu proselitismo

fingindo que está defendendo os interesses gerais da população ou lutando para elevar o nível do jornalismo praticado no país. Tudo enganação. O único objetivo é atingir a “hegemonia cultural”, quando então caberá ao partido determinar o que é versão e é fato (VEJA, edição 2180, p. 82).

Ao apropriar-se do discurso científico para legitimar sua interpretação a respeito de ambos os episódios, *Veja* utiliza-se da estratégia *off record* de associação “ a estratégia teve na semana passada mais um avanço em sua vertente número 3” para apresentar, imparcialmente, equivalências como entre a “busca da hegemonia cultural” e o recente investimento do Governo Federal em pequenas mídias e entre o “comunista” ou “militante comunista” e o ator social Lula. Essas equivalências de sentido são legitimadas como lógicas e corretas através das estratégias de polidez positiva de explicação “dessa maneira”, “ensina Gramsci” e “quando então caberá”. Bem fundamentada a significação dos eventos constituintes do escândalo como empreitadas fascistas, *Veja* desqualifica absolutamente o comunismo e, por associação, os episódios a que faz referência, lançando mão da estratégia *off record* de exagero “Tudo enganação”.

Instaurada a oposição entre a imprensa livre e a ameaça do Estado comunista, *Veja* dá continuidade à desmoralização do atual Estado, acusando o Governo petista de fascismo e de censura à liberdade de imprensa. Observemos:

Depois de homenagear Lênin, José Dirceu chegou ao ponto fulcral do processo de dominação dos mencheviques – nós, os demais brasileiros, os sem partido, a minoria que estuda, trabalha e paga impostos -, que consiste em calar a imprensa livre. Dirceu disse que a mídia é “monopolista”, “representa o poder econômico” e “abusa do direito de informar”. (VEJA, edição 2183, p. 78).

Em uma das declarações do ex-ministro José Dirceu acerca dos planos da candidata Dilma Rousseff, ele valeu-se de expressões como “aprofundar mudanças”, “organização popular” e “consciência e educação política”, significadas por *Veja* como palavras de cunho radical e comunista. Em referência ao período em que a ex-União Soviética experimentava a luta entre os bol-

Maria Eduarda
Gonçalves Peixoto

Leticia Adriana Pires
Ferreira dos Santos

346

cheviques, liderados por Lênin, e os mencheviques, a revista, por meio da estratégia *off record* de associação “depois de homenagear Lênin, José Dirceu chegou ao ponto fulcral do processo de dominação dos mencheviques”, estabelece uma equivalência entre Lênin e José Dirceu. Este lado da oposição é apresentado negativamente, conforme esclarece a estratégia *on record*/sem reparação “consiste em calar a imprensa livre”, em que a revista não poupa palavras para dizer que o Governo petista está promovendo uma empreitada fascista.

Contra este lado da oposição, *Veja*, por meio da estratégia *on record* de polidez positiva de interesse pelo outro “nós, os demais brasileiros, os sem partido, a minoria que estuda, trabalha e paga impostos”, aloca os cidadãos brasileiros e a si própria no lado positivo da relação antagonica. Este recurso linguístico é utilizado também para orientar a interpretação da próxima oração do trecho. Em discurso indireto, que, desde já, funciona como um modo de recontextualizar o enunciado original, o texto de José Dirceu é significado com base nos pressupostos coligidos ao longo do parágrafo. Assim, através da estratégia *on record*/sem reparação “Dirceu disse que a mídia é “monopolista”, “representa o poder econômico” e “abusa do direito de informar”, *Veja* tenta orientar o sentido das palavras destacadas para a compreensão de que são erradas e claramente contra à livre imprensa, na qual se inclui. Ela procura evitar, por exemplo, uma possível problematização, por parte do leitor, acerca dos meios de comunicação, em termos de relações econômicas e de monopolização privada da informação.

4 RESULTADOS

A partir da análise das estratégias de polidez linguística mobilizadas pela revista *Veja*, na cobertura do escândalo político em foco, verificamos que o antagonismo social entre excluídos e incluídos, constitutivo das democracias contemporâneas (ŽIŽEK, 2011), é manifestado no discurso da revista através de deslocamentos. O antagonismo das formas de *apartheid* social, que, segundo Žižek (2011), é constitutivo das sociedades democrático-liberais, é deslocado, então, para o conflito entre a imprensa livre

Polidez linguística
e antagonismo social
no escândalo político:
constituindo a face do
inimigo nos “novos
alopradados”

e o Estado autoritário que a censura. O que está em jogo, nesses termos, não é somente a liberdade de expressão enquanto direito fundamental diplomado juridicamente, nem a disputa entre apenas certo segmento da esfera política e determinado setor da imprensa brasileira, mas uma conjuntura mais ampla de relações e práticas culturais, econômicas e políticas que o *establishment* atual dos meios de comunicação no Brasil, em parte, mantém.

Como uma das mais influentes instâncias midiáticas do país, *Veja* conserva as relações de oposição, historicamente constituídas, entre o Estado e os cidadãos e entre o comunismo e a liberdade de expressão e de imprensa na democracia. Ao significar o escândalo, considerando os eventos secundários que o constituem, como uma luta, *Veja* constrói discursivamente um jogo dinâmico de performances ou de faces na cena pública, de modo a compor os lados positivo e negativo da disputa.

Ao tratar das faces dos inimigos, o Estado e o comunismo, a revista lança mão prioritariamente das seguintes estratégias de polidez linguística:

- I. *off record* de exagero, através da qual ela reivindica imparcialidade e procura acentuar os efeitos de indignação;
- II. *off record* de pergunta retórica, por meio da qual se busca tornar deduções particulares do leitor sentidos construídos ideológica e discursivamente pelo próprio veículo; e
- III. *on record*/sem reparação, por que as faces do Estado e de suas instituições, do PT, de Lula e do comunismo são violentadas. É importante ressaltar que, no último caso, esta violência é legitimada por um discurso que demoniza estes sujeitos e que a precede.

Por outro lado, ao tratar das faces daqueles que foram alocados no polo positivo da disputa, a saber, os cidadãos brasileiros, a imprensa livre (em que o veículo se inclui) e a democracia, *Veja* mobiliza, mais frequentemente, as seguintes estratégias de polidez linguística:

Maria Eduarda
Gonçalves Peixoto

Leticia Adriana Pires
Ferreira dos Santos

348

- I. *on record* de polidez positiva de explicação; e
- II. *on record* de polidez positiva de associação, através das quais a revista fundamenta e legitima as críticas e acusações que apresenta ao longo das reportagens, reivindicando neutralidade e orientando as interpretações do leitor;
- III. *on record* de polidez positiva de interesse pelo outro; e
- IV. *on record* de polidez positiva de acordo, por meio das quais a revista mostra preocupação com o povo brasileiro, solidarizando-se com ele, pela indignação e pela comunhão de princípios e valores morais.

*Polidez linguística
e antagonismo social
no escândalo político:
constituindo a face do
inimigo nos "novos
atopados"*

Conclusão

Ao fim, observamos que as fronteiras refundadas pela revista, acerca do antagonismo entre incluídos e excluídos, consistem-se, sem exageros, numa forma de violência, ao construir oposições que delimitam o que é legítimo e o que é ilegítimo. Nessa direção, é preciso pensar as consequências de se incitar um ódio coletivo contra o inimigo do Estado - tido como autoritário por empreender práticas de apoio financeiro e tecnológico a pequenas mídias, no interior do país, com a suposta pretensão de torná-las, econômica e ideologicamente, dependentes - enquanto se autoprojeta um modelo de imprensa livre como único possível e legítimo numa democracia.

É preciso atentar para os tipos de implicações, na vida social, da promoção de estratégias políticas de pulverização ou de democratização dos meios de comunicação, pois, ao tornarem mais plural a participação de diferentes mídias no espaço civil e pública e, com isso, de outros segmentos e movimentos sociais, como os das chamadas "minorias", viabilizam leituras alternativas da e à sociedade. Assim, cabe perguntar, quem, afinal, é o inimigo?

Por fim, gostaríamos de encerrar este trabalho argumentando que os problemas sociais são, aos nossos olhos, também discursivos. Por isso, faz-se tão necessário e urgente compreender o fenômeno linguístico como uma forma de agir no mundo, uma vez que esse caráter, que o torna perigoso, potencializando-o da

capacidade de gerar discriminações e violências, também o faz tão poderoso quanto nas lutas contra essas mesmas relações de opressão e de exclusão.

*Linguistic politeness and antagonism social in
political scandal: building the face of the enemy in
“novos alopados”*

Maria Eduarda
Gonçalves Peixoto

Leticia Adriana Pires
Ferreira dos Santos

350

Abstract: This work investigates the discursive and media construction of “Novos alopados”, aiming to discuss the political scandal as social struggle. From the articulation between the social theory of political scandal J. B. Thompson (2002), the discussion of social antagonisms of S. Zizek (2011) and the theoretical and analytical model of linguistic politeness strategies Bronw and Levinson (1987), investigates the reports on the event held by its main enunciative instance, the brazilian magazine *Veja*. So, the research indicates that the political scandal configures itself discursively as a set of faces or performances, within which a set of linguistic politeness strategies is mobilized to express and signify antagonisms in the form of (re) foundation social boundaries.

Keywords: Political scandal. Social antagonism. Linguistic politeness.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDITORES DE REVISTA (ANER). *Dez maiores semanais: circulação média por edição*. Disponível em: <<http://www.anave.org.br/forum2009/anave-2009pdf/mariacelia.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2010.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

CABRAL, Otávio; PEREIRA, Daniel. O estado a serviço do partido. *Veja*, São Paulo, ed. 2181, n. 36, 8 set. 2010.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. *Politeness*. Cambridge: CUP, 1987.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FERREIRA, Raimundo Ruberval. *Guerra na língua: mídia, poder e terrorismo*. Fortaleza: EdUECE, 2007.

GOFFMAN, Erving. *The presentation of self in everyday life*. Middlesex: Penguin, 1969.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HODDER-WILLIAMS, Richard.; CEASER, James. *Politics in Britain and the United States: comparative perspectives*. Durham, NC: Duke University Press, 1986.

HOWARTH, David. *Discourse*. Buckingham: Open University Press, 2000.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Análise da conversação: princípios e métodos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LACLAU, Ernesto. *New Reflections on the Revolution of our Time*. London: Verso, 1990.

_____. *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

Polidez linguística
e antagonismo social
no escândalo político:
constituindo a face do
inimigo nos "novos
atopados"

MELLO, Fernando; RANGEL, Rodrigo. Ele era o alvo. *Veja*, São Paulo, ed. 2180, ano 40, n. 35, 1 set. 2010.

MELLO, Fernando. O Partido do Polvo. *Veja*, São Paulo, ed. 2181, ano 43, n. 36, 8 set. 2010.

RÓNAI, Paulo. *Dicionário Universal Nova Fronteira de Citações*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

SEARLE, John. *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

THOMPSON, John. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEJA. *Ideias são mais letais que armas*. *Veja*, São Paulo, ed. 2183, ano 45, n. 38, 22 set. 2010.

ŽIŽEK, Slavoj. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Maria Eduarda
Gonçalves Peixoto

Leticia Adriana Pires
Ferreira dos Santos

352